

CAPÍTULO 9

Ministro da Fazenda avisa: “pode tocar”. Yeda vai a Washington e toma U\$S 1,1 bilhão para repactuar parte da dívida com a União.

A costura inicial com o Banco Mundial também não tinha sido fácil, dado o histórico de mau comportamento do Governo do Rio Grande do Sul. Ao procurar pela representação do Bird em Brasília, por muito pouco os representantes do governo gaúcho não foram mandados embora. O contato inicial acabou saindo com Fernando Blanco, que mais tarde foi nomeado Diretor do Banco Mundial em Brasília. Tratava-se de um técnico reconhecido internacionalmente. Um dos seus trabalhos acadêmicos tratou de questões próximas ao pleito levado até Brasília. Sua tese de Doutorado na PUC do Rio tratou justamente de Federalismo Fiscal. Ao ouvir as propostas do Governo do Rio grande do Sul, Fernando Blanco pareceu não acreditar no que estava escutando e pensou que escutava o mesmo disco de sempre:

-Ih! Lá vem esses gaúchos de novo, dizendo que farão o ajuste fiscal. Já ouvi essa história duzentas vezes. Eles tentaram fazer isto antes, no Governo Rigotto, e não conseguiram avançar.

A primeira conversa não avançou muito. Fernando Blanco prometeu levar o projeto até John Briscoe, o Diretor do Bird no Brasil, caso os gaúchos pudessem mostrar alguma coisa mais concreta do que simples conversa. Mais tarde, o economista acabou transformando-se numa espécie de padrinho do projeto.

A Governadora Yeda Crusius sabia que teria que ter algo concreto para apresentar ao Bird, caso quisesse ser ouvida.

No final de janeiro, logo no primeiro mês de 2007, Yeda anunciou um **pacote de 10 medidas de impacto** para aumentar a receita e 10 medidas de impacto para reduzir a despesa.

As reuniões seguintes em Brasília resultaram bem diferentes. A própria Governadora sentou com técnicos e Diretores, mas recebeu um duro aviso de John Briscoe:

- Podemos ir conversando, mas vai chegar um momento em que vocês terão que obter aval do Governo federal e não conseguirão nada, porque existem restrições contra o Governo do Estado na Secretaria do Tesouro Nacional.

Eram restrições decorrentes do descumprimento do Programa de Juste Fiscal, o PAF. **Há muitos anos o Governo não cumpria as seis metas** estabelecidas na pactuação:

- 1) limitação dos gastos do pessoal em relação a receita líquida.
- 2) padrões rígidos de realização de déficit.

3) limitações das dívidas sobre as receitas.

O Rio Grande do Sul sistematicamente não cumpria com nenhuma das seis metas.

À medida que o Pacote de 10 Pontos avançava no Rio Grande do Sul e mostrava resultados, as negociações avançaram dentro do Bird e na própria Secretaria do Tesouro Nacional. Apesar da diferença de posições políticas, partidárias e ideológicas entre os comandos do Ministério da Fazenda, mais Secretaria do Tesouro Nacional, e o Governo do Rio Grande do Sul, os primeiros do PT e os segundos do PSDB, ainda assim os técnicos do Governo Federal reconheceram os avanços da nova política fiscal gaúcha e facilitaram as negociações. Isto também ocorreu porque o Secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy, embora do PT, era também um técnico renomado e disposto a honrar sua biografia.

Ao final do terceiro mês de negociações simultâneas com o Bird e com a Secretaria do Tesouro Nacional, o Governo do Rio Grande do Sul foi avisado de que o pedido de empréstimo só poderia avançar depois da concessão do aval por parte do Governo Federal.

Especialmente o Bird, este é que não queria criar caso com o Ministério da Fazenda, já que mantém um leque enorme de outros interesses em permanente discussões e decisões. Fernando Blanco foi direto ao ponto, ao falar com os gaúchos:

- Precisamos pelo menos de um sinal de que podemos continuar negociando com vocês. Já investimos muito tempo e dinheiro até aqui. Equipes técnicas do banco foram a Porto Alegre. A partir de agora, só avançaremos mediante algum sinal do Governo Federal.

Foi neste ponto que a Governadora Yeda Crusius percebeu que precisaria ir diretamente ao Ministro da Fazenda. O Secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy, bastante animado pelo esforço que o Governo do Estado vinha fazendo, fez a ponte. A reunião fluiu fácil. O Ministro não tergiversou:

- Nós estamos apreciando o esforço de vocês. O próprio Dr. Tarcísio, aqui ao meu lado, disse que o Governo do estado faz um belo trabalho. Agora, o que ocorre é que vocês trabalham com indicadores muito ruins. Todos eles. Se vocês conseguirem eliminá-los, com certeza concederemos o aval ao empréstimo pedido junto ao Banco Mundial.

Saiu um elogio e também uma ducha de água fria, porque equilibrar as finanças estaduais e chegar ao déficit zero não seria obra para poucos meses.

Yeda até já tinha desenhado o seu Programa Déficit Zero, ele estava em execução, mas os resultados eram previstos para o final do terceiro ano de Governo, isto no caso de não ocorrer nenhum acidente de percurso. Os resultados do Programa Déficit Zero foram alcançados apenas dois anos depois, mas em março de 2007 nem se pensava que a meta seria alcançada de maneira tão rápida. Afinal de contas, durante 40 anos o Governo do Estado trabalhou com déficits continuados, obrigando os Governadores a sustentar discursos pessimistas e a visitar os Presidentes sempre de pires nas mãos. A própria autoestima gaúcha tinha sido jogada no fundo do poço em função desse estado de permanente mendicância. Mesmo no passado, os Governos do Rio Grande do Sul comportavam-se como órfãos da República. Em 1963, no Governo Brizola, devido à situação da penúria do setor público estadual, até mesmo títulos estaduais foram lançados para circulação entre o público, as chamadas Brizoletas, para suprir a falta de dinheiro do Tesouro do Estado. É da época o livro “Rio Grande do Sul, um Novo Nordeste”, do Jornalista Franklin de Oliveira.

Yeda Crusius estava disposta a mudar tudo isto, implementando uma gestão pública de natureza contemporânea, capaz de se refletir imediatamente sobre a própria economia estadual e conseqüentemente sobre a auto estima dos gaúchos, levando-os a recuperar sua histórica posição de bons resultados nas suas vidas profissionais e sociais.

Não existe um só gaúcho que não reconheça o êxito dessa missão.

A Governadora não se abateu diante da ducha de água fria despejada pelo Ministro Guido Mantega e fez a seguinte contraproposta:

- Nós estamos fazendo um ajuste fiscal descomunal, mas o resultado final só ocorrerá ao final do nosso terceiro ano de Governo, quando só então obteríamos sinal verde da Secretaria do Tesouro Nacional para começar as negociações com o Bird. Esta operação é uma operação que exige longas conversações, contatos e avaliações, podendo demorar até dois anos. Eu compreendo sua preocupação, que é legítima, porque ela defende os interesses do País, mas quero propor o seguinte: conceda-nos sinal amarelo para que continuemos as negociações com o banco Mundial, mas já condicionado ao fato de que a autorização do aval só sairá quando tivermos concluído o ajuste fiscal e honrado os seis pontos acertados no âmbito do PAF.

Surpreendido com a reação, o Ministro Guido Mantega não quis responder nada na hora:

- Eu tenho que pensar nisto.

Apenas uma semana depois, Yeda Crusius recebeu a resposta que esperava. Do outro lado do telefone, desde Brasília, o Ministro da Fazenda concedeu o sinal amarelo que o Governo do Estado tanto esperava:

- *Pode tocar.*

As Secretarias da Fazenda e do Planejamento foram todas mobilizadas para levar adiante as negociações com o Banco Mundial. O Secretário da Fazenda, Aod Cunha, foi mandado por Yeda a Washington, porque ela queria explicar pessoalmente o que queria o Governo do Estado. Aod ficou uma semana em Washington. A partir daí a missão do Bird em Brasília abraçou definitivamente o projeto. Missões do banco multiplicaram-se ao Rio Grande do Sul. Yeda Crusius percebeu que ela mesma deveria viajar aos Estados Unidos. Foi o que fez. A agenda inicial previa uma reunião com o Vice-Presidente fulano de tal, mas pouco antes da viagem de Yeda ele viajou em missão para a África. Outro Vice-Presidente, que na hierarquia poderia receber a Governadora, Marcelo de Tal, cancelou a agenda em cima da hora, porque enfrentou problema familiar no seu País e também viajou. Yeda já estava em Washington e alguém tinha que recebê-la. O impasse chegou aos ouvidos do Presidente do Bird, Robert Zoellick, que resolveu quebrar seus próprios paradigmas e recebeu a Governadora do Rio Grande do Sul. Afinal de contas, ele estava diante de uma operação também histórica para o banco Mundial, porque se tratava da maior operação jamais realizada pelo Bird com qualquer ente federativo da América Latina em toda a sua história.

Quase dois anos mais tarde, ao final de 2008, o contrato foi assinado.

Não foi por acaso que Robert Zoellick, o então Presidente do Banco Mundial, recebeu Yeda Crusius no seu gabinete, na sede da 1818 H Street NW, em Washington, onde só recebe Presidentes, Reis e Primeiros-Ministros. Yeda esperava ser recebida por Marcelo Giugale, o Vice-Presidente, que defendeu o projeto junto à cúpula do Banco Mundial. No Brasil, um dos seus homens de confiança da missão local, Fernando Blanco, foi o primeiro a perceber que o empréstimo em discussão seria não apenas o maior da história do banco para um ente federativo da América Latina, como poderia estar casado à história da incrível recuperação das finanças públicas de um Estado poderoso como o Rio Grande do Sul, abalado por uma história de insucessos que se arrastaram por 40 anos ininterruptos, sem considerar Governos como os de Brizola, que administrou o Estado em permanente estado de penúria.

A ideia do casamento nem foi do Bird, mas do Governo do Estado, preocupado em buscar aliados para as duras medidas fiscais que tinha

começado a adotar. Foi deste modo que a contrapartida ao empréstimo de US\$ 1,1 bilhão não foi em dinheiro local, como é o costume, mas uma série de compromissos de modernização da gestão e de políticas públicas associados à idéia do ajuste fiscal, na qual estava inscrito o uso do valor do empréstimo para a repactuação de parte da dívida pública com a União. Estas seriam as contrapartidas.

Bird e Governo do Estado estruturaram equipes separadas para formatar os termos de cada bloco que trabalharia nos quesitos da modernização da gestão pública e do ajuste fiscal. A partir dessas reuniões saíram os termos da contrapartida local, que não ocorreriam em dinheiro, mas em ações do Governo, pela ordem:

- 1) Modernização do setor público, inclusive a introdução dos princípios da meritocracia e da transparência.
- 2) Criação das Oscips.
- 3) Implementação do sistema estadual de previdência pública.

A fim de forçar o cumprimento das metas, ficou acordado que a segunda tranche do empréstimo de US\$ 1,1 bilhão, exatamente a quantia US\$ 650 milhões, só sairia mediante a comprovação de que o Governo do Estado estava cumprindo as metas. O acordo foi assinado em 31 de março de 2008.

Yeda Crusius decidiu que as metas, sobretudo as do ajuste fiscal, seriam ainda mais rigorosas do que as metas já por si mesmo draconianas do Programa de Ajuste Fiscal do Governo do Brasil.

A ideia era surpreender o Ministro Guido Mantega e o Secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy, visando facilitar a concessão do aval federal ao empréstimo.

A surpresa começou com a própria equipe de técnicos do Governo Federal que ao final de 2007 veio ao Rio Grande do Sul para a tradicional verificação das contas públicas estaduais, sempre preparada para o pior e para as explicações inconvincentes da Secretaria da Fazenda. Desta vez a história foi diferente. O Governo do Estado foi logo avisando:

- Temos uma informação nova para vocês: nós queremos renegociar as metas, mas só que desta vez não queremos números para baixo, mas para cima.

Os técnicos federais acharam que era brincadeira, porque em todos os anos anteriores o que o Governo pedia era justamente o contrário, porque queria flexibilização nos termos do PAF.

Yeda Crusius está convencida de que esses técnicos federais ajudaram muito dali para a frente, ajudando a quebrar resistências superiores, quase todas de caráter político e ideológico.

As principais dificuldades em todo o processo de obtenção do empréstimo nunca estiveram vinculados à área técnica, mas foram políticas, porque o PT nem sempre colocou os interesses do Estado acima dos seus próprios interesses partidários e ideológicos. Isso só acontecia quando o partido não tinha mais o que fazer.

Ultrapassadas as barreiras erguidas na Secretaria do Tesouro Nacional, no Senado e no próprio Banco Mundial, Yeda Crusius resolveu bancar um último desafio, que legalmente nem era necessário: obter o aval político da Assembleia Legislativa. Ali, o PT, mais as bancadas do PCdoB, PDT e PSB, mantinham posições extremamente belicosas com o Governo. Apesar disso, a proposta foi aprovada por unanimidade.

A assinatura do contrato milionário foi agendada para o DIA DO MÊS de 2008, em Porto Alegre. A Ministra Dilma Rousseff, que fez de tudo para que nada fosse adiante, finalmente se deu por vencida e tentou sentar à mesa dos festejos, mas desta vez enfrentou a oposição do ministro Guido Mantega, que não quis dividir os bônus com ninguém. Ele ameaçou:

- Se eu não for sozinho, eu não assino o contrato.

Só veio ele e o Vice-Presidente do Banco Mundial.

Apenas 20 dias depois, o Banco Mundial depositou a primeira parte do dinheiro, US\$ 450 milhões, na conta da Secretaria do Tesouro Nacional. A parte principal do empréstimo, US\$ 650 milhões, seria paga em 2010, comprovados os resultados do ajuste fiscal e os compromissos assumidos pelo Governo do Estado para modernizar a gestão pública, criar as Oscips e implementar o sistema estadual de previdência pública, o único dos três pontos que não foi honrado.